



*Sociabilidade intelectual e reformismo ilustrado nas  
últimas décadas do Império Atlântico português*

Patrícia M. S. Merlo

Resumo: O eixo condutor do projeto é a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779, entendida como lugar central para a promoção e divulgação do saber prático com vistas ao proveito público e utilidade social em fins do Antigo Regime português. Identificada como centro do debate científico e da gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural, propomos analisar sua criação, mapear o perfil de seus colaboradores e suas articulações políticas, bem como catalogar o tipo de produção publicada por essa instituição. À luz dos conceitos de Pierre Bourdieu (campo, habitus e poder simbólico), buscaremos por meio de uma análise qualitativa discutir as relações simbólicas manifestas por meio das estratégias reformistas ilustradas que caracterizaram o governo mariano (1777-1816) e foram incorporadas pela academia científica de Lisboa.

Palavras-chave: Academia das Ciências; História Natural; Utilitarismo Ilustrado; Antigo Regime; Publicações científicas.

O ensino ilustrado da História Natural desenvolveu-se pari passu com a

criação de academias científicas em vários países europeus, ainda no século XVII: Collegium Naturae Curiosum, em Schweinfurt, na Alemanha (1651); Accademia del Cimento, em Florença (1657); Royal Society, em Londres (1660); Académie des Sciences, em Paris (1666) (MARQUES, 2005, p.40). As academias científicas, enquanto instituições/organizações de produção de conhecimento, funcionavam como um lugar de circulação do saber materializado no seu corpo acadêmico, nas suas reuniões e assembleias, e em diversos objetos simbolicamente investidos de valor científico/cultural como atas, publicações, bibliotecas, instrumentos, laboratórios e museus (SILVA, 2015, p. 6).

Apoiada e incentivada pela coroa, a Real Academia ocupou um lugar central na promoção e divulgação do saber prático com vistas ao proveito público e utilidade social. Como destacou Munteal Filho (2006, p. 3-4), a instituição inaugurou um novo lugar de produção do saber entre os lusos, deslocando aos poucos as influências dos antigos aliados coimbrãos do Marquês de Pombal. Além disso, converteu-se no lugar do debate científico e da gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural.

Por meio da divulgação e publicação de algumas memórias pela imprensa da Academia, os conhecimentos foram difundidos junto de um público mais vasto, ou eram lidas entre o círculo restritos de sócios e por um grupo social culto e interessado. Em seus salões dissertaram políticos e cientistas sobre assuntos relacionados com práticas agrícolas, exploração de minas ou utilização de matérias vegetais. Acreditavam esses acadêmicos que era sobretudo na agricultura que residia o fundamento da prosperidade dos povos e da riqueza

dos estados (DOMINGUES, 2001, p. 830). Buscavam assim privilegiar as produções agrícolas das colônias como forma de dinamizar a economia do reino e, ao mesmo tempo, procuravam criar nestas colônias uma dependência dos produtos manufatureiros e agrícolas produzidos no reino.

Os objetivos que se propunham eram especulativos e práticos ao mesmo tempo e podiam, inclusive, envolver a discussão e proposta de aperfeiçoamento técnicos e de planos econômicos. Incentivavam as pesquisas nos vários ramos do saber e a cada ano podiam apresentar e concorrer sócios e não sócios em concursos. Tais concursos estão na origem dos trabalhos publicados. No sentido de progredir e ser uma fonte de conhecimento: “A ciência e a técnica permitiriam transformar o Novo Mundo à imagem do Velho e, sobretudo, potencializá-lo e explorá-lo em benefício próprio” (DOMINGUES, 2001, p. 832).

Como é possível notar, na segunda metade do século XVIII o Estado luso surgiu como o patrocinador de um vasto movimento de renovação com pretensões científicas, que promoveu e financiou. Nesse sentido,

[...] para além da promoção das ciências, da estética e dos valores da ilustração, a Academia teria como objetivo fundamental a elaboração de propostas para sua posterior aplicação por parte do governo mariano, quando não a dotação de bases científicas para as iniciativas governamentais, num momento em que o estado ainda não tinha atribuída as funções de planificação cultural, educativa e de infraestruturas de que se irá ocupando ao longo do século seguinte (VAZQUEZ, 2005, p.335).

Por outro lado, é importante considerar que se a sentimentalização da na-

tureza e os gabinetes de história natural estavam na moda desde o início do século XVIII, também figuravam como pauta dos estados a necessidade de encontrar respostas concretas ao problema social e político provocado pelas dificuldades de sobrevivência. Nesse contexto, o domínio da natureza se configurava como uma alternativa para os sonhos de abundância (KURY, 2001, p.115). Portanto, a ciência não estava ligada a interesses estranhos aos estatais e pátrios. Atuava no aprimoramento da agricultura e do comércio e ampliava suas fontes de renda. De fato, na época moderna, a ciência estava profundamente atrelada aos interesses da nobreza e do Estado (RAMINELLI, 2008, p. 83).

A materialização de tais ideias pode ser acompanhada por meio das publicações realizadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa. Trata-se de publicações periódicas e não periódicas, de mais diversa natureza e constitui um dos importantes instrumentos para conhecimento do percurso programático da Academia. Via de regra, as produções eram distribuídas pelas três classes que compunham a Academia: Ciências Naturais ou de Observação, Ciências Exatas ou de Cálculo e Literatura Portuguesa. Inicialmente impressos na Régia Oficina Tipografica até 1782, quando a Academia passou a possuir tipografia própria e passaria a poder imprimir os seus programas e publicações (SILVA, 2015, p.149).

Para as finalidades do projeto aqui apresentado, selecionamos alguns grupos documentais específicos dentre as inúmeras publicações feitas pela Academia Real das Ciências de Lisboa. A primeira fonte para análise será um pequeno tratado publicado pelo naturalista Domingos Vandelli intitulado Memoria

sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas publicado em 1789 no primeiro tomo da coleção Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815) e que se encontra disponível em versão digital na Biblioteca Nacional de Portugal. Vandelli foi um grande defensor da importância da agricultura, assim como da busca de meios pelos quais a natureza portuguesa e seus domínios coloniais poderiam ser utilizados como forma de aproveitamento econômico da Coroa. Como um dos sócios-fundadores da Academia, interessa-nos investigar como o naturalista de Pádua contribuiu para que a visão econômica do conhecimento, de incidência agrária e patriótica, ganhasse espaço dentro da instituição.

O segundo corpo de fontes é intitulado Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas. Disponível em cinco tomos com cerca de 90 artigos ou memórias, foram produzidas por vários colaboradores e a publicação ocorreu entre 1789 e 1815. Diversas questões econômicas dos domínios lusos são tratadas pelos acadêmicos, que apresentam variadas contribuições. Buscaremos avaliar de que forma os escritos apresentam reflexões comprometidas com a solução de problemas e dilemas vivenciados pelo Império português nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX.

Se, por um lado, as Memórias Económicas colaboram para o conhecimento dos principais temas e a circulação de informações dentro do mundo luso, por outro, o perfil de seus colaboradores pode lançar luz sobre as formas de socialidades inscritas no contexto do Antigo Regime. Nesse sentido, pretendemos

averiguar de que forma essa elite intelectual foi absorvida às tramas do poder central. O conhecimento sobre a composição desses homens de ciência colabora para a compreensão das articulações entre fidalguia, clero e intelectuais, especialmente quando resulta na conversão destes em agentes do Estado ao invés de críticos e oponentes ao sistema. Tais arranjos revelam tanto as estratégias que letrados utilizavam para ascensão social e obtenção de privilégios, quanto a consolidação de distinções sociais características do período.

## REFERÊNCIAS

### A. Fontes

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas colonias oferecido ao serenissimo princepe do Brazil noso senhor e publicado de ordem da Academia Real das Siencias. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1794.

Memórias Económicas da Academia Real de Siencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas, tomo I. Lisboa, Officina da Academia Real das Siencias, 1789.

Memórias Económicas da Academia Real de Siencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas, tomo II. Lisboa, Officina da Academia Real das Siencias, 1790.

Memórias Económicas da Academia Real de Siencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas, tomo III, Lisboa, Officina da Academia Real das Siencias, 1791.

Memórias Económicas da Academia Real de Siencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas,

tas, tomo IV. Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1812.

Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas, tomo V, Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1815.

VANDELLI, Domingos. “Memoria sobre a utilidade dos Jardins Botânicos a respeito da agricultura, e principalmente da cultura das charnecas”. In: \_\_\_\_\_. Dicionario dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos. Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1788. p. 293-301.

## B. Bibliografia de Apoio

DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v. VIII, 823-838, 2001.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador 2: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. “As redes clientelares”. In: MATTOSO, José; RAMOS, Rui. *História de Portugal*, v. 4. Lisboa: Estampa, 1994.

KURY, Lorelai. “Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio”. In: SOARES, Luis Carlos. *Da revolução científica à big (business) science*. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001. p. 105-153.

\_\_\_\_\_: “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, vol.



11, 109-29, 2004.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII”. *Intellectus*, ano 5, v. 1. 2006.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015.

VÁZQUEZ, Raquel Bello. *Uma certa ambição de glória: trajetória, redes e estratégias de Tereza de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770-1798)*. Tese (Doutorado em Filologia) – Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia, Galiza, 2005.